

Práticas Pedagógicas

Território

FORMAÇÃO CONTINUADA

Escola

COMUNIDADE ESCOLAR

Construção Colaborativa

LIDERANÇAS

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Princípios e orientações para a implementação da educação integral

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM

consed
Conselho Nacional de Secretários de Educação

abcd

123

?

123456789

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

estabelece que a educação básica no Brasil deve promover o desenvolvimento humano global dos estudantes, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva, sustentável e solidária. Uma proposta orientada por uma concepção de educação integral, cujo pressuposto é o apoio ao desenvolvimento do ser humano em suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. O alcance deste objetivo só será possível com o engajamento de todos os atores educacionais no processo de implementação da BNCC nas redes e escolas.

O conceito de educação integral já vem sendo debatido, discutido e aplicado no cenário educacional brasileiro nos últimos anos. As demandas da sociedade contemporânea desencadearam a necessidade de uma proposta educacional à sua altura, com foco na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis com o meio em que vivem.

Aspectos da educação integral já são desenvolvidos pontualmente em experiências de redes e escolas brasileiras, com projetos e práticas pedagógicas que trabalham com a comunidade escolar e no território conceitos como participação, colaboração, cooperação, liderança, protagonismo estudantil, integração com

e da comunidade, gestão democrática, inovação, período integral, entre outros. Da mesma forma, alguns documentos como o **Manifesto dos Pioneiros**, documentos curriculares estaduais, os **Parâmetros Curriculares Nacionais**, também mencionam uma educação para o desenvolvimento de todas as dimensões do indivíduo.

Entretanto, ao evidenciar e priorizar a educação integral, a BNCC - referencial obrigatório para todos os currículos e práticas pedagógicas da Educação Básica - tem o potencial de, pela primeira vez, elevar tal conceito e sua implementação a outro patamar. É uma oportunidade

para que todos os atores e elementos do sistema educacional tratem o desenvolvimento integral com intencionalidade, quer seja nas políticas públicas, nos documentos curriculares, nas práticas pedagógicas, na gestão das escolas, nos materiais didáticos, na formação de professores. Se bem conduzida, a implementação da educação integral, conforme determina a BNCC, pode ser um passo significativo para uma formação plena e equânime de todos os estudantes brasileiros nos diferentes territórios.

Este documento busca trazer consensos sobre o que é essencial para a implementação da educação integral

por redes e escolas, com o intuito de apoiá-las nesse caminho. Sua elaboração partiu de um encontro com a participação de mais de 70 colaboradores, entre especialistas, educadores e gestores de diferentes organizações da sociedade civil, instituições de ensino, secretarias de educação e comunidade acadêmica, promovido pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Integral do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, em abril de 2019.

Direcionada a professores, gestores escolares, técnicos de secretarias e formadores de gestores e de professores, a publicação divide-se em três partes: um conjunto de **PRINCÍPIOS** para nortear tomadas de

decisão, **ORIENTAÇÕES** sobre como colocar intenções em prática e um **GLOSSÁRIO** para alinhar conceitos e terminologias. As palavras e expressões grifadas ao longo do texto indicam aquelas que integram o glossário. Basta clicar sobre elas para encontrar o seu significado.

O debate sobre educação integral não se esgota aqui. Este material pode e deve ser complementado por outros que busquem superar os desafios específicos que certamente vão surgir dentro e fora da escola. Esta é apenas uma das muitas contribuições para que, juntos, possamos perseguir uma educação mais significativa para todos os nossos estudantes.

Boa leitura!

1 PRINCÍPIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO p.7

- > Políticas Públicas p.9
- > Escolas p.10
- > Professores p.11
- > Estudantes p.12
- > Território p.13

2 ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO p.14

- 2.1 O que as **equipes de secretaria** podem fazer em relação: p.16
 - > às políticas públicas p.16
 - > às escolas p.20
 - > aos professores p.21
 - > aos estudantes p.23
 - > ao território p.24
- 2.2 O que **formadores de gestores e de professores** podem fazer em relação: p.25
 - > às políticas públicas p.25
 - > às escolas p.26
 - > aos professores p.27
 - > aos estudantes p.29
 - > ao território p.30

2.3 O que os **gestores escolares** podem fazer em relação: p.31

- > às políticas públicas p.31
- > às escolas p.32
- > aos professores p.34
- > aos estudantes p.35
- > ao território p.37

2.4 O que os **professores** podem fazer em relação: p.39

- > às políticas públicas p.39
- > às escolas p.40
- > aos professores p.41
- > aos estudantes p.42
- > ao território p.44

4

**FICHA
TÉCNICA**

p.54

3

GLOSSÁRIO

p.45

1. PRINCÍPIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL



As inovações trazidas pela BNCC demandam que redes e instituições educacionais elaborem ou revisem um conjunto de diretrizes e práticas à luz da educação integral. Os princípios elencados a seguir buscam oferecer parâmetros essenciais para essa construção em **cinco frentes**:

POLÍTICAS PÚBLICAS

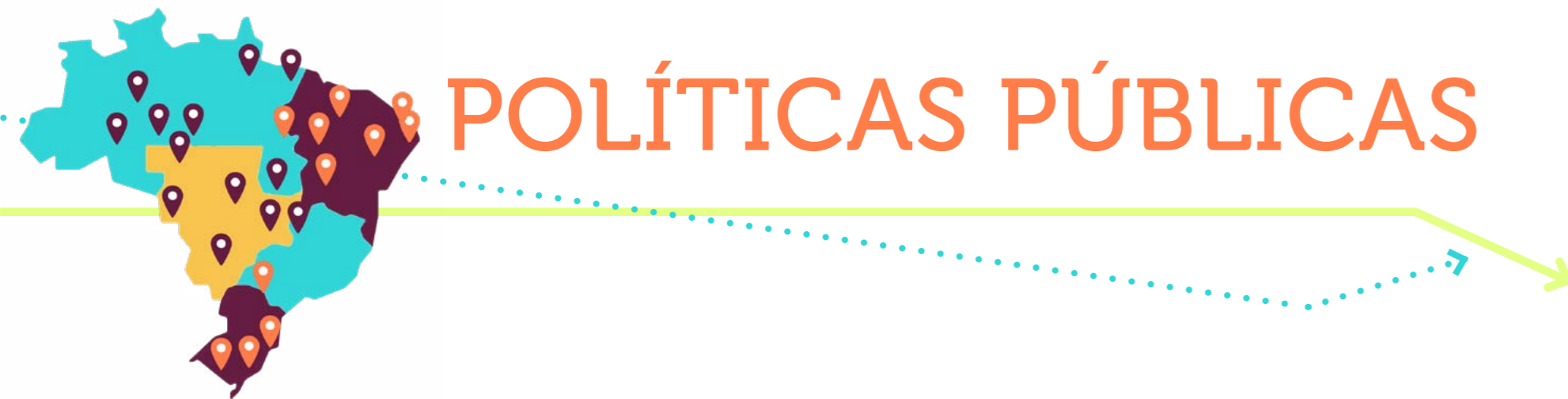
ESCOLAS

PROFESSORES

ESTUDANTES

TERRITÓRIO

É importante ressaltar que os princípios presentes neste material devem ser diretrizes a serem perseguidas, mas não podem ser motivos de engessamento da atuação dos atores educacionais. Alguns desses princípios podem ainda ser desafios ou novidades para as equipes de secretaria ou escolas. Contudo, a implementação da BNCC é um ótimo momento para refletir e replanejar os objetivos levando em consideração os pontos abaixo.



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

1 Políticas contextualizadas e integradas: recomenda-se que redes e instituições educacionais elaborem ou revisem suas políticas públicas para que tenham como foco a educação integral, conforme estabelece a BNCC. Para tanto, elas precisam integrar as inovações curriculares com políticas de formação inicial e continuada de profissionais de educação, material didático e educativo, avaliação e infraestrutura, sempre considerando as especificidades do seu contexto.

2 Processos estruturados e sistêmicos: a construção e a implementação de políticas públicas com foco na educação integral devem se realizar por meio de processos estruturados e contínuos de planejamento, monitoramento e avaliação. Também precisam prever a consolidação de práticas já existentes, bem como a utilização e produção de evidências.

3 Construção colaborativa: a construção e a implementação de políticas públicas com foco na educação integral devem ocorrer de maneira democrática, o que significa garantir espaços para que a comunidade escolar e a sociedade compreendam, discutam e participem, de maneira a legitimar, enriquecer e assegurar a efetividade e a sustentabilidade das mudanças propostas.

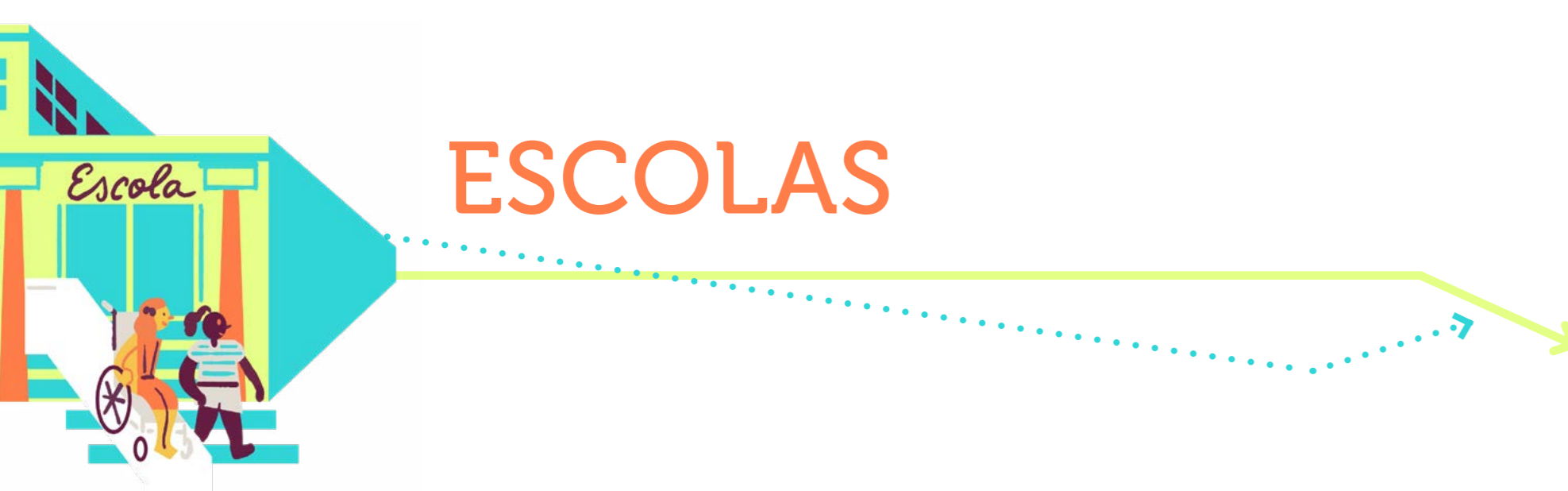
4 Garantia de condições: políticas públicas com foco na educação integral devem assegurar autonomia, formação e recursos financeiros, materiais e humanos às escolas, para que consigam planejar e implementar as inovações curriculares no seu cotidiano.

5 Institucionalização e sustentabilidade: políticas públicas com foco na educação integral devem ser institucionalizadas, inclusive sob a forma de marcos legais, para evitar o risco de descontinuidade. Ainda com esta finalidade, também é importante

refletir e planejar a sustentabilidade financeira da política, evitando a dependência de recursos externos e programando políticas de Estado e não de governo.

6 Regime de colaboração: políticas públicas com foco na educação integral devem ser construídas e implementadas por meio de cooperação entre os entes federados: União, Estado, Distrito Federal e Municípios, inclusive com partilha de responsabilidades financeiras, visando à execução coletiva de uma educação de qualidade para todos.

7 Promoção de equidade: políticas públicas com foco na educação integral devem monitorar iniquidades educacionais e prever estratégias para sua redução ou superação.



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

1 Coerência pedagógica: recomenda-se que os documentos norteadores das escolas (também conhecidos como projetos político-pedagógicos) estejam alinhados e voltados à promoção da educação integral dos estudantes, em consonância com as políticas públicas e o currículo da rede.

2 Intencionalidade pedagógica: as equipes de gestão escolar devem trabalhar de maneira sistêmica, para que processos de gestão, clima escolar e práticas pedagógicas contribuam intencionalmente com a educação integral dos estudantes.

3 Engajamento da comunidade escolar: as equipes de gestão escolar devem assegurar que seus diferentes atores conheçam, incorporem e se engajem na construção de processos, ambientes e práticas alinhados à educação integral.

4 Formação de lideranças: é importante que as equipes de gestão escolar constituam lideranças variadas entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, para que possam conduzir processos de formação e mobilização que fomentem e multipliquem a implementação da educação integral no seu cotidiano.

5 Aprendizagem com foco no desenvolvimento de autonomia e responsabilidade dos estudantes: a gestão, o clima e as práticas pedagógicas da escola devem promover a aprendizagem, a autonomia e a responsabilidade de todos os estudantes ao longo e como resultado do seu processo de educação integral.

6 Avaliação formativa: as escolas devem acompanhar e avaliar o processo de educação integral para garantir que os estudantes estejam se desenvolvendo plenamente, evitando padronizações e promovendo equidade.



PROFESSORES



Clique nos termos **sublinhados** e conheça seu significado



1 Formação integral do professor: recomenda-se que programas de formação inicial e continuada de professores mantenham coerência com os princípios e as concepções de educação integral, contribuindo para o desenvolvimento pleno e para o protagonismo docente.

2 Condições de trabalho e valorização docente: professores precisam ter acesso a condições de trabalho e valorização profissional para ampliar sua capacidade de promover a educação integral dos estudantes.

3 Práticas de educação integral: professores devem ser capazes de criar, implementar e avaliar práticas pedagógicas que promovam a educação integral dos estudantes de forma intencional, focada e sequencial.

4 Compromisso e colaboração: a educação integral demanda que professores se engajem em sua própria formação e estabeleçam relações colaborativas com seus pares, estudantes, comunidade escolar e rede de educação, inclusive contribuindo com a melhoria do clima da escola.

5 Reconhecimento e visibilidade: práticas de professores que estão desenvolvendo a educação integral dos seus estudantes devem ser valorizadas, visibilizadas e compartilhadas como fontes de inspiração e aprendizagem.

6 Participação docente: a educação integral demanda a participação reflexiva, ativa, protagonista, propositiva e colaborativa dos professores na elaboração e implementação de políticas educacionais, no cotidiano de suas escolas e na relação com seus pares.



ESTUDANTES



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

1 Estudantes no centro: recomenda-se fortemente que os estudantes sejam o foco central das políticas educacionais, das redes, das escolas, dos profissionais da educação, especialmente os professores, e que sejam protagonistas de seus processos de ensino e de aprendizagem.

2 Respeito a diversidades e singularidades: políticas educacionais, redes, escolas, profissionais da educação e processos de ensino e de aprendizagem devem reconhecer, respeitar, considerar e valorizar as diversidades e singularidades dos estudantes independente de sexo, raça, identidade de gênero, orientação sexual, religião ou deficiência, assegurando uma educação inclusiva.

3 Participação estudantil: a educação integral demanda a participação reflexiva, ativa, protagonista, propositiva e colaborativa dos estudantes na elaboração e implementação de políticas educacionais, bem como no cotidiano de suas escolas e na relação com seus pares.

4 Corresponsabilidade pela avaliação: os estudantes devem ter o direito de acompanhar, participar e se corresponsabilizar pela avaliação da sua educação integral, por meio de processo avaliativos que apoiem o seu desenvolvimento, respeitem suas singularidades e promovam equidade.



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

1 Interface com contexto do estudante:

recomenda-se que as realidades, as culturas e as identidades dos estudantes sejam consideradas no desenvolvimento da educação integral.

2 Envolvimento da família e comunidade:

gestores de redes e escolas devem mobilizar, envolver, valorizar e viabilizar a participação e contribuição ativa das famílias e da comunidade no desenvolvimento da educação integral dos estudantes. Já os professores também devem conhecer e envolver os familiares de seus estudantes no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

3 Parcerias: gestores de redes e escolas devem

procurar estabelecer parcerias com espaços, organizações e atores do território para enriquecer o desenvolvimento da educação integral dos estudantes.

4 Intersectorialidade: gestores de redes e escolas devem propor e articular políticas, planos, programas e ações intersectoriais para que o desenvolvimento da educação integral seja compreendido e incorporado como responsabilidade compartilhada entre diferentes setores da sociedade e da comunidade.

2. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL



O trabalho conjunto de implementação da **educação integral** exige ações planejadas e intencionais de **secretarias, formadores de gestores e de professores, gestores escolares e professores.**

A seguir, elencamos algumas orientações que podem apoiar estes atores educacionais, em cinco frentes diferentes - POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCOLAS, PROFESSORES, ESTUDANTES e TERRITÓRIOS - no esforço de colocar a educação integral em prática.



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS

> O que as equipes das secretarias podem fazer em relação às POLÍTICAS PÚBLICAS?

Revisar políticas públicas e marcos legais para assegurar a institucionalização e implementação do currículo com foco na educação integral dos estudantes.

Ao incorporar um currículo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estados e municípios assumem o compromisso de promover o desenvolvimento pleno dos estudantes, conforme preconizam a Constituição Federal (art. 205) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (art. 2º). Para tanto, além de reelaborar o seu documento curricular, as secretarias precisam revisitar outras políticas públicas fundamentais para viabilizar a promoção da educação integral na sua rede, como as que tratam da formação docente, da avaliação e das condições de funcionamento das escolas. O objetivo é assegurar que todas essas diretrizes tenham coerência com os propósitos e princípios definidos pelo novo currículo.

Para que essas políticas públicas atendam às expectativas e sejam abraçadas pela comunidade escolar, a secretaria precisa escutar continuamente gestores escolares, professores, funcionários, estudantes e suas famílias, construindo com eles a visão de ser humano que a nova proposta curricular pretende formar e engajando-os nas concepções pedagógicas contempladas pelo documento.

> A secretaria também deve investir na institucionalização dessas novas políticas por meio de marcos legais que assegurem a sua sustentabilidade, os quais devem ser elaborados e regulamentados em articulação com a rede, os conselhos e os fóruns estaduais e municipais de educação.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

Além disso, é importante que a secretaria faça um planejamento financeiro adequado, prevendo os recursos necessários à implantação de políticas, programas e ações com foco na educação integral. Por exemplo:

- 1** Calcular o custo anual por aluno;
- 2** Sempre que possível, mobilizar recursos adicionais de parceiros, mas não depender de verbas externas para assegurar a continuidade da política;
- 3** Realizar planejamento financeiro da política para além do período da gestão, prevendo sua continuidade ao longo dos anos.

Promover a formação dos profissionais da educação para que compreendam, valorizem e sejam capazes de implementar a nova proposta curricular com foco na educação integral.

A implementação dos novos currículos prescinde do desenho de novos modelos de formação também voltados ao desenvolvimento integral dos profissionais da educação. A proposta é assegurar que adquiram os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para promover a educação integral dos estudantes. É importante que essas formações estejam alinhadas a referenciais nacionais que explicitem as competências docentes.

Esses novos programas formativos devem se dirigir a gestores, professores e demais servidores da escola, os quais precisam compreender e exercer o seu papel na promoção da educação integral, que também acontece por meio da sua interação com os estudantes. Portanto, é importante que o seu planejamento considere as demandas apontadas pela comunidade escolar.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

As formações devem buscar valorizar os profissionais da educação, ampliar sua compreensão sobre o novo currículo e fomentar práticas escolares coerentes com as concepções de educação integral contempladas pelo documento. Para tanto, recomenda-se que se orientem pela homologia de processos, incorporem sistemas de mentoria para apoiar o profissional no seu cotidiano, estimulem a colaboração entre pares e incentivem o surgimento de múltiplas lideranças pedagógicas na escola.

É interessante ainda que a secretaria estreite relações e parcerias com as instituições de ensino superior, para que colaborem com os educadores da rede, apoiando-os a aprofundar as discussões e aprimorar as práticas de educação integral nas unidades escolares.

➤ Cabe ainda à secretaria acompanhar e avaliar a implementação desses processos formativos, inclusive oferecendo as orientações e condições necessárias para que as lideranças pedagógicas possam assegurar a formação continuada que acontece no âmbito da própria escola.

Redefinir diretrizes para a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes com o intuito de garantir a sua educação integral.

As secretarias de educação precisam reformular suas estratégias de avaliação formativa e avaliação somativa, dando ênfase a processos e instrumentos que monitorem e acompanhem o desenvolvimento das dez competências gerais, assegurando o direito dos estudantes a uma educação integral com qualidade e equidade. A proposta deve ter o cuidado de superar a cultura de ranqueamento, punição e recompensa.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

Garantir as condições necessárias para que todas as escolas da rede possam implementar o novo currículo com foco na educação integral.

Cabe às secretarias assegurar que as escolas disponham de condições para promover a educação integral dos estudantes. Para tanto, é preciso criar caminhos para que tenham uma equipe de gestão completa (diretores e coordenadores pedagógicos) e professores com dedicação exclusiva.

A implementação de currículo com foco na educação integral também demanda a reorganização da estrutura física e a disponibilização de recursos e materiais didáticos adequados à nova proposta curricular.

Para dar conta desse desafio, as secretarias precisam identificar as condições que devem ser oferecidas, levantar as necessidades de cada escola, priorizar a destinação de recursos para esses fins e escalonar a execução dos investimentos da forma mais ágil e efetiva possível.

Gerir, acompanhar e avaliar a implementação do novo currículo para assegurar que promova a educação integral dos estudantes.

A implementação do novo currículo demanda ainda que a secretaria adote um modelo de gestão capaz de articular cada vez mais os seus diferentes departamentos e áreas, bem como integrar seus diferentes níveis de governança (rede, escola e sala de aula), mantendo o foco no estudante.

Também precisa criar a cultura e as ações necessárias para fomentar tomadas de decisão com base em evidências, que orientem a definição dos objetivos, diretrizes, estratégias e mudanças que as políticas públicas pretendem gerar.

► Cabe ainda à secretaria acompanhar a implementação do currículo nas escolas, corrigindo rumos com agilidade para assegurar o engajamento dos gestores escolares, a motivação dos professores e a aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

> O que as equipes das secretarias podem fazer em relação às ESCOLAS?

Garantir alinhamento entre a política educacional da secretaria e os documentos norteadores ou projetos político-pedagógicos das escolas (PPPs).

Para isso, as equipes de secretaria devem incentivar que a educação integral tenha caráter central nos documentos norteadores das escolas, elaborando orientações claras sobre como devem ser esses documentos. Além disso, a secretaria deve assegurar e incentivar momentos de planejamento, formação e construção coletiva de PPPs alinhados à essa concepção de educação, disseminando os princípios e a proposta da comunidade escolar para todos os atores da

Prototipar e dar escala a novos modelos de práticas pedagógicas e de organização da escola.

As equipes de secretaria devem criar, experimentar e difundir novos modelos de organização da escola que atendam aos anseios da comunidade escolar, incluam o projeto de vida dos estudantes e integrem o currículo alinhado às dez competências gerais da BNCC, de modo que estas competências possam ser norteadoras da transformação das escolas e das práticas pedagógicas.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que as equipes das secretarias podem fazer em relação aos PROFESSORES?

Promover a revisão e reformulação de políticas públicas para valorização da carreira docente, garantindo formação inicial e continuada alinhadas à concepção de educação integral, levando em conta nesse processo as universidades, secretarias de educação e escolas.

É necessário que as equipes das secretarias de educação invistam na formação dos futuros professores, no início de sua atuação profissional e no seu desenvolvimento ao longo da carreira.

Na reformulação e revisão das políticas docentes, é importantes considerar alguns aspectos essenciais:

- 1** Atratividade e valorização da carreira, incluindo salários e outros tipos de incentivos;
- 2** Profissionalização da docência;
- 3** Satisfação profissional do docente e prestígio social da profissão na sociedade;
- 4** Investimento na qualidade da prática docente considerando o contexto local e o currículo da rede;
- 5** Dedicção exclusiva do docente à escola.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

► Cabe também às equipes das secretarias definir um referencial que explicita os conhecimentos e as competências exigidas do professor, promovendo ações sistêmicas que integrem os três estágios de formação docente (formação inicial, anos iniciais no magistério e formação continuada) e construam pontes entre os três atores envolvidos nesse processo (universidades, secretarias de educação e escolas).

Promover a escuta e a cooperação entre os docentes e os diferentes atores educacionais.

A secretaria deve escutar continuamente gestores, professores, famílias e estudantes, construindo com eles as condições, necessidades e competências docentes requeridas pelo novo currículo e engajando os educadores nas decisões pedagógicas relativas à sua própria formação.

Também cabe a ela constituir comunidades de aprendizagem e práticas que permitam a colaboração entre os atores da rede.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que as equipes das secretarias podem fazer em relação aos **ESTUDANTES**?

As secretarias de educação podem criar iniciativas para que o conceito de educação integral seja conhecido, apropriado e divulgado no ambiente escolar.

Campanhas, seminários, palestras, cursos, workshops, eventos, fóruns de discussão, entre outras iniciativas, podem ser utilizadas pelas equipes de secretarias para facilitar que o conceito de educação integral seja conhecido, apropriado e divulgado no ambiente escolar, inclusive entre os estudantes.

Assegurar que as políticas e os programas da rede considerem e promovam o acolhimento das diversidades e singularidades dos estudantes e o seu protagonismo, além de promover a aproximação e troca entre estudantes de escolas distintas da rede.

É importante que as secretarias de educação entendam e estimulem a participação e o protagonismo dos estudantes como princípio fundamental para a promoção do seu desenvolvimento integral. Incentivar e promover a aproximação e troca entre estudantes de escolas distintas da rede, para que possam compartilhar projetos e saberes construídos, são ações que as equipes de secretaria podem promover neste sentido.

2.1 EQUIPES DAS SECRETARIAS



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

> O que as equipes das secretarias podem fazer em relação ao **TERRITÓRIO**?

Promover a articulação intersetorial no território e fortalecer o regime de colaboração entre municípios e estados, mobilizando e sensibilizando líderes e gestores governamentais em relação à proposta de educação integral.

Por meio da incorporação do modelo de gestão intersetorial entre a secretaria de educação, demais secretarias e outros atores governamentais e da sociedade civil, as equipes de secretaria podem induzir políticas públicas que reforcem a articulação intersetorial no território. Neste processo, é importante mobilizar e sensibilizar líderes e gestores governamentais locais.

Cabe também às equipes de secretaria fortalecer o regime de colaboração intra municípios e entre municípios e estados, de maneira a alinhar todo o percurso da educação básica à educação integral, inclusive implementando ações para favorecer o estabelecimento de parcerias entre escolas municipais e estaduais.

Ajudar a escola a estabelecer parcerias locais e a engajar as famílias e a comunidade nas suas ações e iniciativas, estimulando novas estratégias de divulgação e comunicação.

As secretarias devem apoiar a escola no planejamento e na articulação de parcerias com organizações e atores locais, por meio de:

- > elaboração de um manual ou guia de parcerias com referenciais para as escolas;
- > orientação para diretores e coordenadores pedagógicos para realizar o diagnóstico das necessidades das escolas e para identificação e avaliação de possibilidades de parceria e contrapartidas;
- > elaboração de modelo de termo de cooperação técnica ou outros mecanismos de formalização das parcerias, para serem utilizados pelas escolas e pela própria secretaria.

Além disso, elas devem estimular a criação de iniciativas que promovam o engajamento das famílias e da comunidade nas ações das escolas, como a contextualização e a divulgação de experiências e práticas educativas produzidas nos territórios, que estimulem a parceria entre escolas e comunidade, implementando estratégias de comunicação para informar e engajar a sociedade na proposta da educação integral.



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

2.2 FORMADORES DE GESTORES E DE PROFESSORES

> O que os formadores podem fazer em relação às POLÍTICAS PÚBLICAS?

Repensar a formação inicial e continuada de gestores e de professores e atuar com base nas orientações curriculares e marcos referenciais docentes, considerando a concepção, os princípios e as metodologias de educação integral.

Os formadores devem repensar a formação inicial e continuada de gestores e de professores, levando em consideração a concepção e os princípios da educação integral, em consonância com os novos currículos e com a BNCC. Também devem rever e replanejar as práticas de formação docente, tendo como objetivo o desenvolvimento integral dos professores e como meio a homologia de processos.

Neste processo de replanejamento das formações, é necessário atuar com base nas orientações curriculares e marcos referenciais docentes, alinhando-se aos princípios, conceitos e metodologias de educação integral.

Para tanto, é importante criar novos modelos de formação que tenham como foco o desenvolvimento de competências docentes alinhadas à educação integral, às demandas curriculares e às expectativas dos educadores. Nas formações inicial e continuada replanejadas para estarem alinhadas à educação integral, alguns aspectos são importantes de serem trabalhados:

- 1 a promoção do desenvolvimento pleno dos estudantes;
- 2 as dez competências gerais;
- 3 o respeito às diversidades e singularidades;
- 4 a mediação de processos de ensino e aprendizagem;
- 5 o uso de metodologias ativas;
- 6 o trabalho com projeto de vida dos estudantes;
- 7 os multiletramentos;
- 8 a avaliação formativa.

2.2 FORMADORES DE GESTORES E DE PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os formadores podem fazer em relação às ESCOLAS?

Garantir processos formativos específicos para gestores escolares e para professores e, ao mesmo tempo, promover o engajamento de todos os atores da escola nos processos de formação com foco na educação integral.

Os formadores podem garantir que existam processos formativos específicos para as equipes gestoras das escolas que tenham como foco a organização de escolas voltadas à promoção da educação integral.

Além disso, cabe aos formadores engajar todos os atores da escola no processo de formação com foco na educação integral e estruturar instrumentos de registro para dar visibilidade às boas práticas pedagógicas alinhadas à educação integral. Compete a eles, também, orientar os profissionais da escola para incluir e fomentar processos reflexivos na aprendizagem.

Estabelecer parcerias entre instituições de ensino superior e escolas para a implementação da educação integral.

Os formadores podem estabelecer parcerias entre instituições de ensino superior e escolas, para apoiar os educadores a compreender o potencial e implementar a educação integral para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes e dos profissionais da educação.

2.2 FORMADORES DE GESTORES E DE PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os formadores podem fazer em relação aos **PROFESSORES**?

Formar os professores considerando os desafios que eles enfrentam na profissão e fortalecendo a figura do professor como formador e liderança pedagógica na escola, incentivando a busca de soluções dentro do próprio corpo docente.

Os formadores devem ser compreensivos quanto aos desafios existentes na prática docente e podem apoiar os professores a buscar soluções no próprio grupo, por meio de modelos formativos com base em mentoria, comunidade de aprendizagem e prática e residência docente, entre outros.

É importante também valorizar o professor por meio de ações que fortaleçam a sua participação como formador e liderança pedagógica na escola.

Planejar formações que garantam a homologia de processos entre a formação dos estudantes e dos professores.

Os formadores devem buscar promover junto com os professores as competências e habilidades correlatas às desenvolvidas nos estudantes, ou seja, a formação dos docentes deve ser um espelho do que se espera que aconteça em sala de aula entre professores e estudantes. Dessa forma, os docentes devem proporcionar na formação continuada seu desenvolvimento integral, que é exatamente o que se espera que também seja desenvolvido nas aulas com os estudantes.

2.2 FORMADORES DE GESTORES E DE PROFESSORES



Clique nos termos **sublinhados** e conheça seu significado

Apoiar os professores na criação de processos de ensino e aprendizagem que contemplem os conceitos e as especificidades das diferentes etapas da educação básica alinhados à educação integral.

Os formadores podem apoiar os professores a criar conexões que contribuam com processos de ensino e aprendizagem articulados às competências gerais, às habilidades e aos objetos de conhecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e com os campos de experiência e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil. Nesse sentido, é importante formar os professores para criar e/ou implementar planos de aula com foco na educação integral.



2.2 FORMADORES DE GESTORES E DE PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os formadores podem fazer em relação aos ESTUDANTES?

Formar professores que coloquem os estudantes no centro do processo de aprendizagem, considerando sua diversidade e de seus contextos e orientando sua ação docente para o desenvolvimento dos estudantes nas dimensões física, emocional, intelectual, social e cultural.

Os formadores devem se preocupar em formar professores que sejam capazes de colocar os estudantes no centro do processo de aprendizagem. É interessante que os professores se engajem em percursos formativos desafiantes, fazendo uso de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, baseadas em experimentação prática, projetos, aprendizagem colaborativa, resolução de problemas, multiletramento, entre outras.

Para isso, é necessário conectar a formação do professor com a realidade dos estudantes (contexto, singularidades, interesses e necessidades) e orientar que a ação docente tenha como ponto de partida o diagnóstico do desenvolvimento dos estudantes em suas diferentes dimensões (física, emocional, intelectual, social e cultural).

2.2 FORMADORES DE GESTORES E DE PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os formadores podem fazer em relação ao **TERRITÓRIO**?

Formar gestores e professores para que utilizem as potencialidades do território em suas práticas pedagógicas.

Os formadores devem incentivar gestores escolares e professores a reconhecer as potencialidades do território e a contextualizar os processos de ensino e aprendizagem por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas conectadas à realidade local, possibilitando que professores e gestores aprendam a articular diferentes espaços, agentes, saberes e linguagens presentes no território ao percurso formativo dos estudantes.



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

2.3 GESTORES ESCOLARES

> O que os gestores escolares podem fazer em relação às **POLÍTICAS PÚBLICAS**?

Participar da formulação e apoiar a implementação das políticas públicas de currículo, formação e avaliação nas escolas, incentivando e apoiando professores, estudantes, famílias e comunidade nestes processos.

Os gestores escolares devem criar condições para a participação de professores, famílias e estudantes na formulação das políticas públicas. No âmbito da implementação, é recomendável que a equipe gestora oriente os professores a incorporar as novas diretrizes em suas práticas docentes, por meio de reuniões, formações, apoio ao planejamento pedagógico, partilha de experiências e oferta de devolutivas construtivas. A proposta é assegurar a efetiva apropriação dessas políticas para que se tornem realidade no cotidiano da escola.

2.3 GESTORES ESCOLARES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os gestores escolares podem fazer em relação à ESCOLA?

Assegurar que a comunidade escolar e todas as dimensões de gestão escolar tenham práticas coerentes com a concepção e os objetivos da educação integral.

Para a implementação da educação integral nas escolas, os gestores escolares precisam escutar continuamente a comunidade escolar, considerando seus sentimentos, conhecimentos e práticas como base para a mudança nos seus modos de pensar, sentir, decidir e agir na escola, para que tenham coerência com a concepção e os objetivos da educação integral.

Além disso, é importante criar na comunidade escolar um clima de convivência ética, confiança e colaboração, promovendo o diálogo, espaços para experimentação e erro, feedback, aprendizagem, acolhimento e valorização do potencial que todos trazem consigo.

Promover os valores e a identidade da escola para toda a comunidade escolar, engajando-a na revisão coletiva e democrática do PPP, em consonância com os novos referenciais curriculares.

Para isso, os gestores escolares devem fomentar a gestão compartilhada da escola, comunicando claramente sua identidade e seus valores, e incentivando a participação de toda a comunidade escolar nesta construção.

2.3 GESTORES ESCOLARES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

Promover e facilitar o surgimento de múltiplas lideranças pedagógicas e mentores entre professores e estudantes, valorizando as boas práticas pedagógicas e incentivando novas ações de mobilização na escola.

Essas ações visam construir na escola comunidades de aprendizagem e prática. Nestas comunidades, a equipe gestora, especialmente o coordenador pedagógico, é responsável por liderar a implementação da educação integral em colaboração com os professores. Cabe a ele, neste papel, garantir a intencionalidade de suas ações.

Para que as múltiplas lideranças sejam capazes de agir, são necessários processos de gestão escolar bem definidos e transparentes, em que cada ator da escola saiba exatamente como participar e qual seu papel. A transparência, a cogestão e a participação resultam na autonomia.

► Além disso, é essencial que os gestores escolares deem visibilidade às boas práticas pedagógicas dos professores alinhadas à educação integral, bem como criem um conjunto de ações de mobilização para destacar a importância do envolvimento de todos na aprendizagem dos estudantes.

2.3 GESTORES ESCOLARES



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

> O que os gestores escolares podem fazer em relação aos PROFESSORES?

Acompanhar e avaliar de forma contínua e formativa as práticas pedagógicas dos docentes, criando espaços de debate e compartilhamento destas práticas entre os professores.

É importante que os gestores escolares favoreçam um clima escolar no qual haja compartilhamento de práticas pedagógicas entre os professores, inclusive por meio do registro das boas experiências realizadas e de reuniões/encontros regulares para discussão e aprofundamento. Além disso, podem realizar encontros para debater e definir coletivamente as práticas pedagógicas que favorecem a concretização da educação integral no ambiente escolar.

Outra orientação importante é qualificar o horário de trabalho pedagógico coletivo, estimulando a rotina de registro, estudo, análise, planejamento e avaliação, para assegurar a formação continuada na escola.

Estabelecer parcerias com as unidades de ensino superior para que apoiem os educadores da rede.

É importante que os gestores escolares atuem para estabelecer com as unidades de ensino superior uma relação de parceria com os educadores da rede, para apoiá-los a compreender o potencial e saber como implementar a educação integral para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes e dos profissionais da educação.

> Também é interessante que os gestores escolares criem oportunidades para que professores mais experientes atuem como multiplicadores na sua própria escola, no território e em unidades escolares parceiras.

2.3 GESTORES ESCOLARES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os gestores escolares podem fazer em relação aos ESTUDANTES?

Escutar, incluir e considerar os estudantes e suas famílias em espaços de representação, participação e cocriação de soluções e em decisões relativas ao PPP da escola.

Para a promoção da educação integral, os gestores escolares devem realizar a escuta ativa dos estudantes, institucionalizando espaços de representatividade e participação horizontal (assembleias, grêmios estudantis, grupos de trabalho, conselhos de alunos, rodas de conversa, coletivos etc.), e incluir e considerar estudantes na (re)elaboração curricular e no desenvolvimento do PPP.

Cabe também aos gestores promover espaços de formação, discussão e cocriação de soluções para melhoria da escola com a comunidade escolar, incluindo os estudantes e suas famílias.

Tornar a escola mais atrativa e acolhedora, utilizando o espaço físico e o ambiente escolar para promover práticas de educação integral.

O espaço físico e o ambiente escolar também contribuem com a educação integral dos estudantes, por isso, os gestores escolares podem revisar as rotinas da escola para garantir que, intencionalmente, promovam a autonomia gradual dos estudantes.

Os gestores também podem explorar ainda mais o ambiente escolar para criar condições que favoreçam as práticas da educação integral, como por exemplo, a compatibilização de tempos e espaços de aprendizagem, integração das áreas de conhecimento, trabalho por projetos, circulação dos estudantes pela escola, realização de atividades que integrem diferentes faixas etárias, entre outras.

2.3 GESTORES ESCOLARES



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

Acompanhar e avaliar o aprendizado e desenvolvimento dos estudantes de maneira contínua e formativa, tendo como foco a aquisição de competências.

A avaliação do aprendizado e desenvolvimento dos estudantes não deve ser apenas somativa, mas também formativa e realizada de maneira contínua. Os gestores escolares podem promover mudanças nas avaliações, em colaboração com a comunidade escolar, para que elas contemplem as dez competências gerais e envolvam os estudantes (autoavaliação).



2.3 GESTORES ESCOLARES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os gestores escolares podem fazer em relação ao **TERRITÓRIO**?

Realizar e sistematizar um diagnóstico participativo do território, com apoio da comunidade escolar e de agentes do entorno da escola, inclusive para mapear parceiros locais que possam apoiar a educação integral dos estudantes.

O envolvimento dos diversos atores da comunidade escolar na realização de um diagnóstico sobre as potências e os desafios do território visa fortalecer o trabalho em rede e articular ações intersetoriais entre diversas organizações e atores do entorno da escola. Essa abordagem busca enriquecer as experiências educativas, ampliar as possibilidades de apoio às famílias e assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes. É necessário também envolver os educadores no mapeamento dos contextos das famílias atendidas na escola, considerando essa realidade na revisão do projeto político-pedagógico.

Ampliar a participação das famílias e da comunidade na escola, considerando seus saberes e valorizando o potencial desses atores.

Os gestores escolares podem implementar estratégias diferenciadas para ampliar a participação das famílias e da comunidade e a sensação de pertencimento delas em relação à escola, considerando os saberes das famílias e da comunidade e valorizando a potência dos estudantes ao dialogar com suas famílias.

2.3 GESTORES ESCOLARES

Estreitar as relações da escola com a comunidade do seu entorno, disponibilizando a escola como espaço de envolvimento e desenvolvimento de ações da comunidade.

Para promover a educação integral, é preciso reconhecer a comunidade do entorno da escola na sua potência, criando oportunidades de diálogo e implementação de ações conjuntas com outros agentes e espaços educativos para enriquecer o processo formativo dos estudantes.

Nesse sentido, é importante garantir que a comunidade do entorno compreenda os objetivos da escola, as ações que ela desenvolve, sua identidade e seus valores. Isto pode ser atingido quando a escola compartilha os seus fazeres com a comunidade e coloca-se disponível para contribuir com as reflexões e ações voltadas para o desenvolvimento do território e se disponibiliza como espaço de envolvimento e desenvolvimento de ações da comunidade.



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado





Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

2.4 PROFESSORES

> O que os professores podem fazer em relação às **POLÍTICAS PÚBLICAS?**

Participar da formulação das políticas públicas de currículo, formação e avaliação e contribuir ativamente para sua implementação, incorporando-as no seu dia a dia e nas suas práticas pedagógicas.

É importante que os professores se envolvam nas discussões e formulações das políticas educacionais, trazendo a sua perspectiva e contribuição, inclusive com o intuito de assegurar que esses documentos estejam alinhados à realidade e respondam às necessidades reais da escola.

É preciso que os professores incorporem as mudanças de atitude e de práticas pedagógicas necessárias para implementar a educação integral, agindo concretamente para contribuir com esta transformação. Cabe a eles também formular e aprimorar planos de aula, buscando incorporar inovações previstas no currículo e colaborando com a sua formação e a de seus pares.

2.4 PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os professores podem fazer em relação à ESCOLA?

Participar de tomadas de decisão referentes ao PPP da escola e participar de discussões com a comunidade escolar sobre educação integral.

Durante a fase de elaboração do PPP e do plano de ação da escola alinhados à educação integral, é importante que os professores participem das tomadas de decisão referentes a esses documentos. Também é interessante que os professores participem de discussões com a comunidade escolar sobre o que é educação integral à luz da BNCC.

Trabalhar aberto ao diálogo, atuando de maneira não preconceituosa e valorizando a diversidade e singularidade de todos dentro da comunidade escolar.

Os professores devem favorecer o diálogo e incorporar práticas pedagógicas que considerem e valorizem a diversidade e singularidade dos estudantes e dos demais integrantes da comunidade escolar.

Nos momentos de trabalho coletivo com seus pares, participar para fortalecer uma trajetória progressiva, cotidiana e coerente de educação integral para todos os estudantes.

2.4 PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os professores podem fazer em relação a **OUTROS PROFESSORES** E A SI MESMOS enquanto docentes?

Comprometer-se a frequentar espaços e atividades formativas, a aprimorar suas competências e sua formação e a estabelecer relações colaborativas com todos os membros da comunidade e da rede escolares.

Cabe ao professor comprometer-se e colaborar com a sua própria formação. Para tanto, é preciso frequentar espaços e atividades formativas dentro e fora da escola, aprimorar suas competências e atuar como adulto de referência, exemplo e facilitador do desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante estabelecer relações colaborativas com seus pares, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar e de outras escolas e instâncias de sua rede.

2.4 PROFESSORES



Clique nos termos sublinhados e conheça seu significado

> O que os professores podem fazer em relação aos ESTUDANTES?

Colocar os estudantes no centro do processo de aprendizagem, escutando-os, considerando-os em suas singularidades e comprometendo-se com o seu desenvolvimento pessoal, profissional e cidadão.

Para isso, é necessário engajá-los em percursos formativos desafiantes e fazer uso de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, baseadas em experimentação prática, projetos, aprendizagem colaborativa, resolução de problemas, multiletramento, entre outras.

Também cabe aos professores realizar a escuta ativa dos estudantes, considerando suas singularidades, realidades, sentimentos, talentos e interesses, comprometendo-se com o aprendizado e o desenvolvimento pessoal, cidadão e profissional de cada um deles.

Criar espaços e atividades que promovam interação entre estudantes e demais membros da comunidade escolar e do entorno, senso de pertencimento e responsabilidade, ampliação do repertório cultural e experiências de participação democrática.

Os professores podem criar espaços e atividades de interação com e entre os estudantes e também um senso de pertencimento e responsabilidade nos estudantes em relação à escola e à comunidade, por meio de estratégias como a realização de projetos de intervenção e empreendedorismo social, cultural e ambiental.

Também cabe aos professores ampliar o repertório dos estudantes, promovendo a fruição e autoria de manifestações artísticas e culturais e a articulação do seu aprendizado com os acontecimentos do mundo, e trabalhar a participação e o rodízio de liderança entre alunos, garantindo a sua atuação qualificada e democrática nas diferentes instâncias disponíveis.

2.4 PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

Orientar sua própria ação como docente com base no diagnóstico do desenvolvimento dos estudantes em suas diferentes dimensões (física, emocional, intelectual, social e cultural), repensando práticas pedagógicas e avaliações para que promovam a educação integral.

Dentro da concepção de educação integral, há o incentivo para que os professores incorporem práticas pedagógicas conectadas ao contexto local e global, que considerem os saberes, repertórios e interesses dos estudantes e deem significado à aprendizagem.

Cabe também ao corpo docente promover mudanças nas avaliações em conjunto com os demais integrantes da comunidade escolar, para que contemplem as dez competências gerais, envolvam os estudantes (autoavaliação) e não sejam apenas somativas, mas também formativas.

2.4 PROFESSORES



Clique nos termos
sublinhados e conheça
seu significado

> O que os professores podem fazer em relação ao TERRITÓRIO?

Aproveitar o potencial educativo do território para ampliar o sentido da aprendizagem e avaliar o processo de desenvolvimento do estudante com base no território e no contexto em que está inserido.

O potencial educativo do território pode ser aproveitado criando-se trilhas de aprendizagem que ultrapassem os limites dos muros da escola. O professor amplia o sentido da aprendizagem dessa forma e também ao promover práticas pedagógicas que envolvam diferentes espaços, linguagens e agentes presentes no território.

É interessante realizar atividades pedagógicas que possam envolver a participação e colaboração da comunidade do entorno da escola, inclusive as famílias dos estudantes. Iniciativas como essas valorizam a comunidade do entorno da escola, utilizando suas potências para contextualizar e enriquecer as práticas pedagógicas.

Nesse sentido, é importante considerar na avaliação do processo de desenvolvimento das competências do estudante, o território e o contexto em que está inserido.

3. GLOSSÁRIO

Uma vez que o objetivo central deste documento é trazer princípios e orientações frutos de consensos em torno da educação integral, era necessário que certos termos e conceitos também estivessem definidos com clareza, para não originar dúvidas de interpretação. Por isto, a necessidade deste Glossário.

Alguns verbetes têm uma fonte definida e outros não. Aqueles que não possuem este registro são definições consensuadas dentro do GT de Desenvolvimento Integral do Movimento Pela Base, composto por especialistas de diversas correntes e diferentes posicionamentos em torno da educação integral.

Aprendizagem com foco no desenvolvimento de autonomia e responsabilidade

Aprendizado a serviço do desenvolvimento pleno, voltado à aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que preparem o estudante para tomar decisões com autonomia e responsabilidade. Compreende a capacidade de estabelecer objetivos e metas, construir caminhos, ter perseverança para alcançá-los e resiliência para crescer na adversidade. Também envolve a formação para fazer escolhas responsáveis, que considerem a interdependência humana e global e reconheçam o papel de cada indivíduo como agente de transformação da sociedade.

Avaliação formativa

“Também chamada de avaliação para as aprendizagens, a avaliação formativa tem seu foco no processo ensino-aprendizagem. Alguns teóricos chegam a nomear essa modalidade com o nome de avaliação formativa diagnóstica. A avaliação formativa não tem finalidade probatória e está incorporada no ato de ensinar, integrada na ação de formação.

Alguns autores consideram que a avaliação formativa engloba as outras modalidades de avaliação já que ela se dá durante o processo educacional. Seu caráter é especificamente pedagógico.

A avaliação formativa pretende melhorar o processo de ensino-aprendizagem mediante o uso de informações levantadas por meio da ação avaliativa. De forma semelhante à avaliação diagnóstica, a avaliação formativa busca detectar dificuldades suscetíveis de aparecer durante a aprendizagem a fim de corrigi-las rapidamente. Todavia, seu foco está no processo de ensino-aprendizagem. Através dessa modalidade de avaliação, informações sobre o desenvolvimento do aluno são fornecidas ao professor, permitindo que a prática docente se ajuste às necessidades discentes durante o processo.”

Fonte: Definição do [Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora](#)

Avaliação somativa

“É uma modalidade avaliativa pontual que ocorre ao fim de um processo educacional (ano, semestre, bimestre, ciclo, curso etc.). Atém-se à determinação do grau de domínio de alguns objetivos pré-

estabelecidos, propondo-se a realizar um balanço somatório de uma ou várias sequências de um trabalho de formação. É também chamada de avaliação das aprendizagens.

A avaliação somativa está preocupada com os resultados das aprendizagens. Ela pretende, assim, fazer um balanço somatório de uma ou várias sequências do trabalho de formação. Essa modalidade avaliativa sintetiza as aprendizagens dos alunos tendo por base critérios gerais.”

Fonte: Definição do [Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora](#)

Autonomia

Está relacionada à autonomia pedagógica, administrativa e financeira, que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Sendo assim, a escola tem a liberdade para elaborar o próprio projeto político-pedagógico, flexibilizando conteúdos e abordagens, fazendo escolhas e adaptações necessárias de acordo com a realidade local. A instituição deve garantir os direitos essenciais de aprendizagem e desenvolvimento, mas pode escolher as estratégias para colocar isso em prática.

Clima escolar

É o ambiente em que ocorre a convivência na escola, determinado pela maneira como as pessoas se relacionam entre si e as características da cultura social local. Deve ser acolhedor, não violento, respeitoso, atraente e propício ao aprendizado. Se o corpo da escola é a estrutura física, o clima escolar é a alma.

Comunidades de aprendizagem

As comunidades de aprendizagem são uma proposta de transformação na e pela escola para a construção de uma educação de qualidade para todos e todas. A transformação de uma escola em comunidades de aprendizagem prioriza a participação democrática e deliberativa de todos da comunidade escolar e do seu entorno: professores, estudantes, gestores, funcionários, familiares, pessoas do entorno, etc. para a construção de uma educação de qualidade e igualitária.

A proposta de transformação de escolas em comunidades de aprendizagem foi elaborada pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona,



e vem sendo difundida e desenvolvida no Brasil desde 2013, pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos, em escolas municipais de Ensino Fundamental.

Fonte: BRAGA, F. M.; MELLO, R. R. *Comunidades de Aprendizagem e a participação educativa de familiares e da comunidade: elemento chave para uma educação de êxito para todos*. Revista Educação Unisinos. São Leopoldo. v. 18, n.2, p. 165-175, maio/agosto, 2014.

Comunidade escolar

São todos os atores que fazem parte da vida escolar: equipe gestora (diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico), funcionários, professores, estudantes e suas famílias. O termo pode ser utilizado de maneira ampliada e incluir também os parceiros e os vizinhos que se envolvem com o dia a dia da unidade escolar.

Fonte: BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular (2018)*

Competências

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores

para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Fonte: BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular (2018)*

Competências docentes

Capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, utilizando recursos disponíveis e adequando-se às contingências contextuais, para solucionar problemas e lidar com os variados desafios do exercício profissional docente.

Competências gerais

“Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a ‘educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza’

(BRASIL, 2013), Mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). É imprescindível destacar que as competências gerais apresentadas na BNCC interrelacionam-se e desdobram-se ao longo “das três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.”

Fonte: BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular (2018)*.

Condições de trabalho e valorização docente

Ter como princípio tratar os educadores como profissionais. Ou seja, oferecer estrutura adequada de trabalho para o professor (física, material, tempo e espaço), proporcionar formação continuada de qualidade, incentivar a busca por qualificação profissional e ampliação cultural constantes; garantir um ou mais interlocutores disponíveis para estabelecer parceria na troca relativa aos planejamentos e registros do desenvolvimento do trabalho

pedagógico, garantir a participação na construção do PPP e nas decisões da escola, criar espaços de escuta e diálogo contínuos, construir clima de confiança e colaboração e estabelecer um plano de carreira claro e atrativo. *(ler também o verbete “formação continuada”)*

Construção participativa

Processo no qual definições, decisões, princípios, orientações, políticas e programas educacionais são construídos com o envolvimento de todos – daqueles que têm responsabilidade de gerir e de liderar e também dos beneficiários e partícipes da política pública e/ou da escola. *(ler também o verbete “políticas públicas”)*

Contexto do estudante

São as características da realidade na qual o aluno está inserido: cultura local, condições socioeconômicas, relações familiares e também as estabelecidas no território e na comunidade.

Desenvolvimento integral e/ou desenvolvimento pleno

Aprendizado que abrange o desenvolvimento de conhecimentos,

habilidades, atitudes e valores em uma perspectiva integral, o que significa aprendizagem intelectual, social, emocional, cultural e física. Tudo para assegurar a capacidade do estudante de lidar com desafios, tomar decisões e realizar seus projetos com responsabilidade, de maneira a se tornar agente de transformação de seu próprio percurso e do entorno, de cuidar de si e também de se corresponsabilizar pelas questões sociais, ambientais e comunitárias. *(ler também o verbete “educação integral”)*

Dimensões da gestão escolar

Existem dez dimensões da gestão escolar organizadas em duas grandes áreas: de organização e de implementação.

As **dimensões de organização** são todas aquelas que têm o objetivo de preparar, ordenar, provisionar recursos, sistematizar e retroalimentar o trabalho da escola com o objetivo de garantir uma estrutura básica necessária para a implementação dos objetivos educacionais e da gestão escolar. “Elas diretamente não promovem os resultados desejados, mas são imprescindíveis para

que as dimensões capazes de fazê-lo sejam realizadas de maneira mais efetiva (Lück, 2008)” (Lück, 2009).

As **dimensões de implementação** são aquelas com finalidade de propiciar mudanças e transformações diretas no contexto escolar. Elas se propõem a promover mudanças nas práticas educacionais a fim de melhorar e ampliar o seu alcance educacional, visando sempre a promoção da aprendizagem.

As **dimensões de organização** são:

1. Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar;
2. Planejamento e organização do trabalho escolar;
3. Monitoramento de processos e avaliação institucional;
4. Gestão de resultados educacionais.

As **dimensões de implementação**, diretamente ligadas à gerar resultados, são:

5. Gestão democrática e participativa;
6. Gestão de pessoas;
7. Gestão pedagógica;
8. Gestão administrativa;
9. Gestões da cultura escolar;
10. Gestão do cotidiano escolar.

Fonte: LUCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

Diversidades, diferenças, singularidades, interesses, necessidades e tempos dos estudantes

Compreensão de que é necessário contemplar e respeitar as particularidades étnicas, culturais, sociais, econômicas, físicas, intelectuais, de gênero, de orientação sexual e de religiosidade dos estudantes.

(ler também o verbete “singularidades”)

Fonte: Estudo sobre Diversidade, Equidade e Inclusão na Escola publicado pelo Faz Sentido, plataforma para apoiar Redes de Ensino, escolas e professores construída por organizações diversas.

Educação inclusiva

É a educação que tem como princípios a valorização da diversidade humana e o respeito às diferenças. Se todas as pessoas são diferentes, os processos de aprendizagem também são distintos. Tem como diretriz de ação não deixar ninguém de fora nem para trás e considera, em seu processo, a diversidade de sexo, raça, identidade de gênero, orientação sexual, religião ou condição física, sensorial ou intelectual. A educação inclusiva rompe com a ideia de que é o estudante que tem que se adaptar às condições já estabelecidas na escola. Assim, ela prevê que o sistema

de ensino seja reestruturado para que as instituições de ensino trabalhem para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todas e todos, com estratégias pedagógicas diversificadas para que cada estudante possa desenvolver seu potencial. A educação inclusiva é uma perspectiva que deve ser princípio de todo o sistema educacional, considerada em todos os seus níveis, etapas e modalidades, como, por exemplo, a **educação especial**. Esta modalidade de ensino, criada para tornar efetivo o direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, atua na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma complementar ou suplementar ao ensino comum. Recomendada pelas normativas nacionais e internacionais, a educação especial realizada na perspectiva da educação inclusiva é um dos mecanismos para a inclusão educacional das pessoas com deficiência e de promoção do combate à discriminação por motivo de deficiência no ambiente escolar. Por atuar colaborativamente na quebra de barreiras, ela induz a

promoção de estratégias pedagógicas que são boas para todas e todos os estudantes.

Educação integral

Concepção de educação que prevê a promoção do desenvolvimento de crianças e jovens nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural para responder às demandas do mundo contemporâneo e às especificidades do aluno do século 21, cujo foco está na formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo.

Equidade

É a busca da igualdade considerando que nem todos têm as mesmas oportunidades. Isso significa reconhecer que os estudantes têm necessidades diferentes. Portanto, é preciso oferecer a eles oportunidades educacionais e práticas pedagógicas que tenham o compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza determinados grupos (povos indígenas, quilombolas e demais afrodescendentes), além de pessoas que não puderam estudar na

idade própria, que tenham defasagem de aprendizagem ou desvantagens em função de histórico familiar ou condições socioeconômicas.

Ademais, é importante desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que contemplem estudantes com deficiência ou com altas habilidades e superdotação. Além de assegurar condições adequadas a todos, é preciso oferecer recursos adicionais àqueles que mais precisam.

Fontes: [BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular \(2018\).](#)

[Estudo sobre Diversidade, Equidade e Inclusão na Escola](#) publicado pelo [Faz Sentido](#), plataforma para apoiar Redes de Ensino, escolas e professores construída por organizações diversas.

[Estudo *Regime de Colaboração em que acreditamos: Relação entre Estados e municípios para melhoria da educação brasileira*](#) publicado pelo [Movimento Colabora](#)

Equipes de gestão escolar

Diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos.

Estudante

Todos aqueles que estão matriculados no sistema de ensino: bebês, crianças bem pequenas, crianças pequenas, crianças dos anos iniciais do Fundamental, adolescentes dos anos

finais do Fundamental, jovens do Ensino Médio e adultos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Evidências

São informações baseadas em documentos, dados, estatísticas e pesquisas científicas. O desenvolvimento de qualquer política pública educacional deve ser fundamentado em evidências, desde a sua construção até a avaliação de resultados.

Formação continuada

Estudos, capacitações, cursos e atividades para que o professor e o gestor aprimorem e inovem suas práticas enquanto estão em serviço. Pode ser proporcionada por meio de programas oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e/ou pelas redes estaduais e municipais de educação ou realizada por meio do trabalho pedagógico nas próprias escolas. Deve ser regular e contínua.

Formação de lideranças

É a capacitação de formadores. Formar educadores da própria rede para

que exerçam a formação continuada no âmbito das escolas e da rede.

Formação inicial

A graduação concluída pelo profissional da educação, que pode ser em Pedagogia ou nas diversas licenciaturas (Matemática, Química, História, Geografia etc).

Formação integral do professor

Trata da necessidade do professor também desenvolver as dez competências gerais indicadas na BNCC. Não basta ter conhecimento do componente curricular que será ensinado. É preciso também desenvolver atitudes, valores e habilidades que permitam a ele ser o exemplo para o aluno para contribuir para que o estudante tenha capacidade de lidar com emoções, empatia, colaboração, cultura digital, argumentação, autoconhecimento, diversidade, responsabilidade, consciência ambiental, ética etc. *(ler também o verbete "singularidades")*

Formadores de gestores e de professores

Os formadores de gestores e de professores são todos aqueles envolvidos diretamente na formação de gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores. Imbuídos desta tarefa podem estar desde as unidades de educação superior até o próprio coordenador pedagógico na formação diária e contínua na escola com seus professores. Todos estes atores podem ser caracterizados como formadores.

Homologia de processos

Homologia de processos se refere a um princípio de formação cuja ideia é que o professor “experiencie as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende que venha a ser desempenhado nas suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2000, p.38) durante todo o processo formativo. Dito de outro modo, a formação deve contribuir para que os professores sejam capazes de planejar as ações didáticas que vão realizar em sala de aula e na escola de forma semelhante ao que foi vivenciado em seu processo formativo.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior. Brasília: SEF/MEC, 2000.

Identidades

É o conjunto de características que distinguem o estudante. Envolve particularidades étnico-raciais, culturais, socioeconômicas, físicas, intelectuais, de gênero e de religião, bem como valores e códigos sociais.

Incentivos

Os incentivos buscam oferecer suporte e estímulo para o desenvolvimento do docente e devem ter como princípio considerar conhecimentos e práticas já realizadas pelos professores. Podem ser oferecidos por meio de formações bem estruturadas e pela garantia de espaços de escuta e diálogo, nos quais o professor possa apresentar e debater novas práticas pedagógicas. A estruturação de plano de carreira atrativo é essencial.

Iniquidades educacionais

É a oferta desigual de oportunidades educacionais para diferentes grupos e pessoas. Um dos principais desafios do Brasil é superar a desigualdade na

oferta de educação de qualidade para todos, o que se relaciona com todas as demais desigualdades: sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras.

Inovações curriculares

São políticas curriculares inovadoras, desde seus marcos legais – como a Base Nacional Comum Curricular, que propõe currículos centrados no desenvolvimento de competências (superando a transmissão de conteúdos) – até seus desdobramentos na organização da escola e em práticas de sala de aula.

Intencional, focada e sequencial

São práticas pedagógicas planejadas de maneira consciente, sequenciadas e articuladas, com objetivos bem definidos, espaço curricular e duração adequados, direcionadas ao desenvolvimento da educação integral e realizadas de maneira regular e contínua (*ler também verbete “intencionalidade pedagógica”*).

Intencionalidade pedagógica

Decisões pedagógicas deliberadas e planejadas, com objetivo e propósito. No caso do desenvolvimento integral,

a intencionalidade pedagógica envolve quatro condições:

1. preparar oportunidades educativas sequenciadas de maneira planejada e articulada;
2. promover participação ativa dos estudantes nessas oportunidades;
3. colocar foco no currículo, com tempo, duração e espaço suficientes para o que se propõe a desenvolver;
4. explicitar e combinar entre gestores, professores, familiares e estudantes quais as competências e objetivos devem ser alcançados e vivenciados por todos.

Intersetorialidade

Quando dois ou mais setores estão envolvidos em um trabalho coletivo em prol de objetivos comuns. É necessário estruturar o processo de participação e a tomada de decisão com definição de princípios, acordos e responsabilidades que irão orientar a atuação do grupo. Pode abranger pessoas e instituições de setores do governo e da sociedade civil.

Fonte: *Guia do Porvir*

Institucionalização

Quando uma ação, programa ou diretriz se efetiva em um documento formal, tornando-se, assim, uma norma para a rede e/ou escola. Este é o caminho para assegurar a continuidade, independente de mudanças de gestão, equipes ou governo. É uma maneira de transformar uma ação, programa ou diretriz em patrimônio da rede de educação e/ou da escola.

Marcos legais

São os documentos normativos, aqueles que formalizam diretrizes, programas ou ações. Devem ser aprovados e regulamentados no âmbito da política pública ou da escola. Podem ser a Constituição (como a do Brasil), uma lei (como a de Diretrizes e Bases da Educação), uma norma (como a Base Nacional Comum Curricular), o estatuto ou o projeto político-pedagógico (PPP) da escola.

Metodologias ativas

As metodologias ativas são estratégias de ensino para a aprendizagem e desenvolvimento, que têm como principal característica o aluno (seja o professor ou o

estudante) com papel ativo e protagonista, com envolvimento direto, reflexivo e participativo em todas as etapas do processo. Isto significa oferecer momentos de efetiva participação dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, proporcionando momentos de autonomia, questionamentos, experimentação, homologia de processos e, sobretudo para os professores, a reflexão sobre a sua prática e seu contexto.

Fonte: BACICH, L; MORAN, J; (ORG.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p.

Monitoramento e avaliação

Mecanismos que permitam acompanhar e medir os resultados alcançados por cada escola, rede e município, bem como dos programas e ações da União.

Fonte: Estudo *Regime de Colaboração em que acreditamos: Relação entre Estados e municípios para melhoria da educação brasileira* publicado pelo Movimento Colabora

Parcerias

Relações estabelecidas pela escola com organizações, atores sociais, espaços e órgãos públicos para formar uma rede de apoio e proteção para a realização do seu trabalho.

Multiletramento

Com o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, que tornam cada vez mais frequente o uso de linguagens em suas diferentes representações (verbal, visual ou sonora), vivemos em um mundo conectado com diferentes culturas e diversas novas formas de interação. Nesse contexto, tem se tornado cada vez mais necessário novos letramentos que proporcionem aos sujeitos as condições necessárias para compreender a convergência entre as linguagens e o papel da tecnologia, a qual serve como meio para as novas práticas discursivas. Dessa forma, o multiletramento é a habilidade de interpretar a linguagem e a língua em suas diferentes representações, indo além da linguagem oral e escrita, incorporando outros letramentos como o científico, visual, midiático, crítico, digital, entre outros, que surgem como demandas para a interpretação desses novos arranjos textuais. Ou seja, os multiletramentos possibilitam o aparecimento de novos gêneros textuais, os quais surgem das novas possibilidades de agregar recursos

de diferentes linguagens e diferentes mídias de produção de um texto.

Fonte: Baladeli, A. P. D. Hipertexto e multiletramentos: revisitando conceitos. e-escrita Revista do Curso de Letras da UNIABEU. Nilópolis, v. 2, Número 4, Jan/Abr. 2011.

Participação

Direito e oportunidade de contribuir ativamente nas questões cotidianas e estratégicas da escola e das políticas públicas de educação. Pode ocorrer pontualmente ou de maneira mais profunda, quando se cria uma cultura de envolvimento de todos os atores da comunidade escolar, ou relacionados com a política pública educacional, em todas as etapas da construção de algo, da tomada de decisão ou da definição de alguma diretriz.

Participação estudantil

Direito de se envolver direta e ativamente na própria vida escolar. Envolve quatro eixos fundamentais:

- (1) escuta;
- (2) escolha;
- (3) coautoria;
- (4) corresponsabilização.

Considerando esses eixos, a participação do estudante pode ocorrer de diversas

p

maneiras. Nas decisões da escola, como representante de turma, membro do grêmio estudantil ou se colocando em assembleias. Nas práticas e projetos pedagógicos, interagindo, optando, propondo e criando junto com o professor e seus colegas. Na política pública educacional, se envolvendo em movimentos e coletivos estudantis.

Fonte: Porvir. [Guia Especial Participação dos Estudantes na Escola](#).

Pessoas com deficiência

São “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida pela Organização das Nações Unidas em 2006 e ratificada pelo Brasil como emenda à Constituição Federal em 2008. A partir desta definição, a deficiência é vista como questão social e não exclusivamente da área da saúde. Os **impedimentos** se referem às restrições relacionadas às

funções ou à estrutura do corpo. Eles não determinam por si a deficiência. É na relação entre os diferentes indivíduos, constituídos por suas inúmeras características, e as barreiras existentes nos espaços e nas atitudes, que a condição de deficiência se estabelece. As **barreiras**, portanto, são os entraves, obstáculos ou comportamentos que limitam ou impedem o gozo, a fruição e o exercício de qualquer direito humano ou liberdade fundamental pela pessoa com deficiência, nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Podem ir desde um prédio não acessível arquitetonicamente até uma atitude preconceituosa que atrapalhe seu acesso ao estudo, ao emprego ou ao lazer, por exemplo. O termo pessoa com deficiência é o mais atual e coloca o indivíduo na frente da deficiência, sem pretender esconder ou camuflar essa característica. Entretanto, deixa evidente que a deficiência não define a pessoa, sendo apenas mais um de seus muitos atributos. Outras expressões como “portador de deficiência” e “deficiente” já não são adequadas, pois reduzem a pessoa a seu impedimento, não a

considerando em sua integralidade. Expressões como “pessoas com necessidades especiais”, “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, entre outros, também não são adequadas pois revelam a dificuldade em nomear a realidade, que faz parte do preconceito em relação ao tema.

Políticas públicas

É um conjunto de decisões e ações que visam alcançar um propósito ou resolver um problema público. Após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, base de dados ou sistema de informação e pesquisa, com definição de regras e planejamento de etapas. Quando implementadas, são submetidas a mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Podem ser:

1. políticas **distributivas**, decisões tomadas pelos governos, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo.
2. políticas **regulatórias**, que são mais visíveis ao público, envolvendo

burocracia, políticos e grupos de interesse.

3. políticas **redistributivas**, que atingem o maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento.
4. políticas **constitutivas**, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Fonte: [SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias. s. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.](#)

Práticas de educação integral

Essa concepção prevê a adoção de práticas pedagógicas e objetos educacionais diversificados, com estratégias baseadas em projetos, em modos de ensino-aprendizagem centrados em vivências, em ensino híbrido e no uso intencional de

p

tecnologia. O objetivo é promover uma educação personalizada, que possa atender as demandas de cada estudante, considerando forças e limitações, interesses e conhecimentos prévios, bem como a maneira e o ritmo com que cada um aprende.

Fonte: Instituto Inspirare. Educação Integral Inovadora na Perspectiva do Inspirare.

Práticas pedagógicas

Ações, processos e atividades que visem à aprendizagem dos estudantes. Devem ser elaboradas com intencionalidade clara. Envolvem processos de planejamento, observação, avaliação/monitoramento e replanejamento.

Processos estruturados e sistêmicos

Processos organizados e que consideram o conhecimento do todo, de modo a permitir a análise ou ações de intervenção. É importante que, aqueles com poder decisório, tenham grande capacidade de identificar as variadas políticas envolvidas nas decisões curriculares e como elas se inter-relacionam. Com isso, estarão mais aptos a entender os diferentes pontos de vista envolvidos, pessoas, interesses

e as implicações de suas ações. Também poderão definir ações/programas/políticas que condicionem, favoreçam e norteiem com mais eficácia as políticas públicas.

Processos de gestão

Sequência de ações que devem ser desenvolvidas de maneira regular.

Na escola se referem ao planejamento de atividades (principalmente a construção do PPP), à gestão administrativa (incluindo parcerias), financeira e de pessoas, ao monitoramento e avaliação das aprendizagens, ao gerenciamento dos mecanismos de participação decisória dos atores escolares, à gestão do clima escolar e à definição e acompanhamento de tempos, espaços e fluxos necessários para o funcionamento da instituição.

Profissionais da educação

Professores, coordenadores pedagógicos (também chamados de “pedagogos” em algumas redes), diretores, orientadores educacionais, supervisores (técnicos das secretarias de educação, responsáveis pelo acompanhamento do trabalho pedagógico e organizacional nas escolas) e dirigentes regionais.

A definição mais detalhada sobre os profissionais da educação está descrita no artigo 61 da Constituição Federal: *“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; V – profissionais graduados que tenham*

feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.”

Profissionalização da docência

Por profissionalização da docência, entende-se a estruturação de políticas que garantam desenvolvimento profissional, remuneração e adequação das condições de trabalho condizentes com os objetivos que se espera da educação brasileira. Importante termo para substituir o senso comum que considera a docência como “vocação” ou como “ato heróico”.

Protagonismo docente

Profissional que tem clareza dos seus objetivos, conhece bem seus alunos e os conteúdos de ensino e organiza seu dia a dia em função das metas de aprendizagem estabelecidas para cada período letivo. Entende seu papel e busca aprimorar sua trajetória profissional para alcançar seus objetivos. O educador protagonista acredita que é capaz de sempre melhorar as condições de trabalho, analisa o que ocorre e propõe alternativas de mudança para que os resultados esperados possam ser atingidos.

Protagonismo discente

Promover o protagonismo do estudante é colocar como central o direito dele se envolver direta e ativamente na própria vida escolar. Isso abrange as decisões da escola, as práticas e projetos pedagógicos e a política educacional.

Regime de colaboração

São as formas voluntárias de cooperação entre União, estados e municípios. Podem ser análogos (interestadual ou intermunicipal) ou entre diferentes entes (cooperação entre União, estados e municípios) com o objetivo de construir ou implementarem juntos ações. Exemplos: pactos nacionais e estaduais, consórcios com câmara técnica de educação ou Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE).

Fonte: Estudo Regime de Colaboração em que acreditamos: [Relação entre Estados e municípios para melhoria da educação brasileira](#) publicado pelo [Movimento Colabora](#).

Singularidades

Aquilo que é próprio, peculiar e específico de cada indivíduo. No caso dos estudantes, são interesses, dificuldades, potências, receios, aspirações e ritmos de

aprendizagem. Essas são questões que devem ser consideradas e respeitadas.

Fonte: [Estudo sobre Diversidade, Equidade e Inclusão na Escola](#) publicado pelo [Faz Sentido](#), plataforma para apoiar Redes de Ensino, escolas e professores construída por organizações diversas.

Território

Agentes (pessoas, coletivos ou instituições), espaços (ambientes e lugares), dinâmicas (processos naturais e sociais) e saberes do lugar onde a escola se situa. A instituição deve mapear, entender e utilizar intencionalmente o potencial educativo do território em seu PPP, contextualizando o currículo e ampliando as oportunidades formativas do estudante. Com isso, criam-se condições para uma aprendizagem significativa e a responsabilidade pela aprendizagem e desenvolvimento dos alunos se amplia para além da escola, abrangendo a comunidade do entorno.

Valorização profissional

São ações que visam colocar a prática docente e o professor no centro do debate educacional, dando visibilidade a suas ações e qualificando a sua importância. Também procuram aumentar o prestígio

da profissão perante à sociedade.

A valorização profissional se concretiza com determinadas ações:

1. dar visibilidade e reconhecimento às boas práticas dos professores;
2. garantir a participação dos professores nas decisões da escola;
3. fortalecer e qualificar as formações inicial e continuada;
4. oferecer estrutura adequada de trabalho (física, material, espaço e tempo);
5. oferecer um plano de carreira atrativo.

4. FICHA TÉCNICA

Este material é uma realização do **Movimento pela Base Nacional Comum Curricular** por meio de seu GT de Desenvolvimento Integral. O material contou com a colaboração de diversos atores da sociedade civil, secretarias de educação, gestores escolares e professores, os quais

participaram do encontro “Caminhos para educação integral” que aconteceu dia 16 de abril de 2019. Neste encontro, buscou-se chegar a consensos e, a partir deles, elaborar coletivamente os princípios e as orientações essenciais para a implementação da educação integral alinhada à BNCC.

Participaram:

Alberto Chinen
Alina Soares Leão Medeiros
Ana Coelho Vieira Selva
Ana Luiza Colagrossi
André Stábile
Andressa Jorge Sarsur de Freitas
Anna Helena Altenfelder
Anna Penido
Antonio José Vieira Paiva Neto
Beatriz Ferraz
Bergson da Silva Souza
Camila Camilo
Carlos Lordelo
Carlos Roberto Nascimento
Carolina Briso
Cecília Cristina Resende Alves
Celina Diogo Lira
Cintia Gomes Fontes
Cláudia Barroso Belém
Claudia Conte
Claudia Maria Affarelli
Cleusa Repulho
Daniela Caldeirinha de Carvalho
Daniela Kimi Antunes de Oliveira
David Boyd
Denise Rodrigues de Oliveira
Fabiana Costa
Fernanda Flores
Fernanda Mello Demai
Fernanda Porto Tripolli
Francileide Souza Alves

Gabriel Matos
Giovanna Saraiva Bezerra Barbosa
Helio Queiroz Daher
Heloísa Morel
Jardiel Nogueira
Juliana Gomes de Souza
Jorge Raniere Silverio Candido
Katia Stocco Smole
Kelly Cristiane da Cruz Rocha
Laila Micas
Larissa Catão
Laura Souza
Letícia Lyle
Lia Roitburd
Lucila Guerra
Luziângela Cornelsen
de Queiroz Telles
Manoel Felix de Santana Neto
Marcia Quintanilha
Maria Alice Carraturi
Maria do Socorro Lages Figueiredo
Maria Ignez Diniz
Mariana Breim
Mariana Vieira de Souza Franco
Marília de Santis
Marli Regina Fernandes Silva
Miguel Angelo Thompson Rios
Mônica Pellegrini
Naíma Saleh
Natacha Costa
Neurilene Martins Ribeiro

Olivandro Juliano Marina
Paolla Oliveira
Paulo Edison
Paulo Rota
Patrícia Tinoco
Priscilla Alcici
Raiana Ribeiro
Raquel de Oliveira
Raquel Franzim
Renata Monaco
Roberto Campos
Roger França
Sarah Moraes
Sandra Ponzio
Silvia Breim
Simone André
Sirley Damian de Medeiros
Sônia Maria Barreira
Telma Vinha
Tereza Perez
Tháisa Lagoeiro Moreira
Valéria de Souza
Vera Márcia Pinheiro
Wesley Rocha Barbosa

Revisão técnica

Consed - Conselho Nacional
de Secretários de Educação

Projeto gráfico e diagramação

Estúdio Labirin.to

Ilustração

Nik Neves

